Pós-graduado em Urban Planning and Policy Development, na Rutgers, the State University of New Jersey, em 1991-1992.

Conclusão da componente curricular do mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, na Universidade Nova de Lisboa, em 2002-2003.

Efectuou os cursos «As comunidades locais e o ambiente», British Council, no Capel Manor Horticultural and Environmental Center, e «Formação de formadores em gestão de áreas protegidas», United States National Park Service, EUA, o seminário GRID de desenvolvimento gerencial, H. M. Albright Trainning Center, Grand Canyon N. Park, Estados Unidos, o curso de inglês para estudantes estrangeiros, CELOP, Universidade de Boston, o seminário «Desenvolvimento regional integrado», Universidade do Tennessee, Knoxville, o seminário «Políticas de desenvolvimento regional e urbano», Universidade de Minnesota, e o curso de comitologia no processo político, IEAP, Maastricht.

Experiência profissional mais relevante: arquitecto em regime de profissional liberal, na região de Bragança, entre 1981 e 1993, inicia a colaboração com o SNPRCN em 1983, ingressa nos quadros do SNPRCN, em 1986, com a categoria de técnico superior de 2.ª, afecto ao Parque Natural de Montesinho, professor convidado da cadeira de Parques e Conservação da Natureza, em 1993, na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, director do Parque Natural de Montesinho, entre 1993 e 1998, preside, entre 1994 e 1998, à Associação de Desenvolvimento Local MONTECOR integrada na política de envolvimento e participação das populações na gestão do Parque Natural de Montesinho, membro da direcção da CORANE, Associação de Desenvolvimento Local dos Concelhos da Raia Nordestina, entre 1996 e 1998, representante do Ministério do Ambiente na Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano entre 1993 e 1998, representante do Ministério do Ambiente nas Comissões Regionais Agrária e Venatória, entre 1996 e 1998, coordenador dos formandos do programa EUROFORM do Telecentro Rural de Bragança, em 1996, formador no curso de Verão da Universidade Complutense «Cooperação transfronteiriça, o desenvolvimento local e rural», em Zamora, 1995.

Presidente do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), entre 5 de Janeiro de 1998 e 30 de Agosto de 2002. No âmbito destas funções, desenvolveu um conjunto de acções, das quais se destacam: representante do Ministério do Ambiente na 4.ª Conferência Ministerial «Ambiente para a Europa», em Arhus, Dinamarca, 1998; conclusão da classificação da 2.ª fase da Rede Natura 2000; classificação das ZPE da Directiva Aves; representante do Ministério do Ambiente na Comissão de Acompanhamento do Convénio entre as Pescas e o Ambiente; transposição para o direito interno das Directivas Aves e Habitats; presidência da comissão organizadora do 4.º Congresso Nacional de Áreas Protegidas, Maio de 1999; representante do Ministério do Ambiente no grupo ad hoc para o Protocolo da Biossegurança, em Cartagena, Colômbia, 1999; presidência da comissão organizadora do 2.º Congresso Nacional de Conservação da Natureza, Outubro de 2001; representante de Portugal no Centro Europeu de Conservação da Natureza, ECNC, entre 1998 e 2002; criação de sete novas áreas protegidas; criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza; presidência portuguesa da União Europeia, 2000, ao nível da Convenção da Biodiversidade; presidência da comissão da Reserva Ecológica Nacional; coordenador do grupo de trabalho para a redacção da Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Presidência da comissão de coordenação interministerial da Convenção da Biodiversidade.

Em Setembro de 2002, solicitou a passagem à situação de licença sem vencimento, iniciando a sua actividade de assessoria e auditoria ambiental em diversos planos e projectos, nas áreas do ordenamento do território, ambiente e ecoturismo, em Portugal, Moçambique e na Guiné-Bissau. Desde Abril de 2003 que vem desempenhando funções de assessoria à Secretaria Regional do Ambiente da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente na criação do quadro regulamentar para a reclassificação das áreas protegidas dos Açores, na preparação dos diplomas de reclassificação das áreas protegidas regionais e na coordenação da elaboração do plano sectorial da Rede Natura 2000 para a Região Autónoma dos Açores.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 15 029/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 22 de Junho de 2005:

Carla Alexandra Alves da Costa Pereira e Maria de Fátima Pereira Domingos Afonso, técnicas superiores de 1.ª classe — nomeadas, precedendo concurso, para a categoria de técnica superior principal

da carreira de jurista, da área funcional de consultadoria jurídica, contencioso na área de actividade de segurança privada, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. Foram cumpridas as formalidades e imperativos legais constantes do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

23 de Junho de 2005. — O Secretário-Geral, Fortunato de Almeida.

Despacho n.º 15 030/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 22 de Junho de 2005:

José Duarte Bragança, técnico profissional de 1.ª classe — nomeado, precedendo concurso, para a categoria de técnico profissional principal, da carreira técnico-profissional de relações públicas, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

Foram cumpridas as formalidades e imperativos legais constantes do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio.

23 de Junho de 2005. — O Secretário-Geral, Fortunato de Almeida.

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 15 031/2005 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral de Viação de 10 de Maio de 2005, no uso de poderes delegados no despacho n.º 20 333/2003, de 23 de Outubro:

Cristina Maria Souteiro Gama, técnica de 2.ª classe da carreira técnica do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação — reclassificada na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro com efeitos a 10 de Maio de 2005, nos termos da alínea d) do artigo 4.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Junho de 2005. — O Director-Geral, António Nunes.

Despacho n.º 15 032/2005 (2.ª série). — Por despachos do subdirector-geral de Viação, no uso de competências delegadas no despacho n.º 20 333/2003, e do secretário-geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, respectivamente de 29 de Maio e de 6 de Junho de 2005:

Maria de Fátima Sena Henriques, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional — transferida para a mesma categoria e carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, considerando-se exonerada do seu anterior lugar. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Junho de 2005. — O Director-Geral, António Nunes.

Despacho n.º 15 033/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 1 de Junho de 2005, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, e na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

António Domingos Fernandes Alves da Costa, Paula Cristina Sant'Ana Damil e João Manuel Pontes Alexandre — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos superiores principais da carreira de engenheiro.

Estas nomeações produzem efeitos retroactivos a 1 de Junho de 2005 por nesta data já existirem os pressupostos justificativos da retroactividade. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Junho de 2005. — O Director-Geral, António Nunes.

Despacho n.º 15 034/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 2 de Junho de 2005, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, e na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Victor Manuel Teixeira Fernandes e Carla Joana Ferreira Montenegro de Andrade Maceirinha — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos superiores de 1.ª classe da carreira de engenheiro.

Estas nomeações produzem efeitos retroactivos a 2 de Junho de 2005, por nesta data já existirem os pressupostos justificativos da retroactividade. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Junho de 2005. — O Director-Geral, António Nunes.